

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.500 - PR (2018/0180476-0)

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
EMBARGADO : MANOEL SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO : FABRÍCIO RENAN DE FREITAS FERRI E OUTRO(S) -
PR051253

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO.
BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE. AUXÍLIO-DOENÇA
ACIDENTÁRIO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO.
INEXISTENTE.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno. Na origem, trata-se de ação de cobrança referente à revisão de auxílio-doença que objetiva perceber os valores de diferenças vencidas, decorrentes da revisão administrativa do benefício previdenciário de auxílio-doença por acidente de trabalho. Na sentença, julgou-se parcialmente procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida. Nesta Corte não se conheceu do recurso especial.

II - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

III - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

IV - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator